

Avaliando Processos

Cartilha de Comunicação

Realização:



Patrocínio:



EXPEDIENTE

EQUIPE DE EDIÇÃO E REVISÃO: Gabriel Salgado, Rôney Rodrigues e Cristina Camargo

PROJETO EDITORIAL E TEXTOS: Taciana Gouveia

PROJETO GRÁFICO DA CAPA: Tarso Estratégia e Comunicação

DIAGRAMAÇÃO: Tom Pina

Esta publicação está sob a licença Creative Commons CC.BY.4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), podendo ser reproduzida total ou parcialmente, sem autorização prévia do Fundo Brasil de Direitos Humanos, desde que citando a fonte original, inclusive autor do texto ou da foto quando for o caso. Para obras derivadas, deve-se licenciá-las também em CC.BY.4.0.

São Paulo, abril de 2015.

QUEM SOMOS

INSTITUIDORES

Abdias do Nascimento (1914-2011)

Margarida Genevois

Dom Pedro Casaldáliga

Rose Marie Muraro (1930-2014)

CONSELHO CURADOR

Gersem Luciano Baniwa - Presidente

Áttila Roque

Denise Dora

Jacqueline Pitanguy

Jorge Eduardo Durão

Juana Kweitel

Jurema Werneck

Kenarik Boujikian Felipe

Letícia Sabatella

Mafoane Odara

Marcos José Pereira da Silva

Sérgio Haddad

Sueli Carneiro

Veriano Tertó

CONSELHO FISCAL

Marcos Fuchs - Presidente

Mário Monzoni - Vice-Presidente

Rubens Naves

Werner Fuchs

DIRETORIA

Jorge Eduardo Durão - Diretor Presidente

Marcos José Pereira da Silva - Diretor vice-presidente de Finanças

Denise Dora - Diretora vice-presidente de Formação

Áttila Roque - Diretor vice-presidente de Projetos

EQUIPE

Ana Valéria Araújo - Coordenadora Executiva

Ana Carolina Henriques - Analista de Projetos

Célia Elizabete F. da Luz - Auxiliar de Limpeza

Cristina Camargo - Assessora de Comunicação

Débora Borges - Assessora de Comunicação

Gislene Aniceto - Coordenadora Administrativa e Financeira

Kézia Marques - Coordenadora de mobilização de recursos

Maíra Junqueira - Coordenadora de Desenvolvimento Institucional

Maria Chiriano - Assistente de projetos

Mayk Cardoso - Analista Financeiro

Nadia Barbieri - Assistente Administrativa II

Taciana Gouveia - Coordenadora de Projetos

Thamara de Carvalho - Auxiliar de mobilização de recursos

Giovanna Gundim - Estagiária de mobilização de recursos

Fundo Brasil de Direitos Humanos
R. Santa Isabel, 137 – 4º Andar, Conj. 42
Vila Buarque – São Paulo – SP
CEP: 01221-010

www.fundodireitoshumanos.org.br

facebook.com/fundobrasil

twitter.com/fundobrasil

A missão do Fundo Brasil de Direitos Humanos consiste em contribuir para a realização dos direitos humanos no Brasil, construindo mecanismos inovadores e sustentáveis que canalizem recursos para fortalecer organizações da sociedade civil e para desenvolver a filantropia de justiça social.



www.fundodireitoshumanos.org.br | facebook.com/fundobrasil | twitter.com/fundobrasil

Avaliando Processos

FORMAÇÃO E AÇÃO COLETIVA

Por Taciana Gouveia

O COMEÇO

Avaliar é sempre uma questão central no desenvolvimento de projetos e ações que buscam alterar uma determinada situação. Ao mesmo tempo, avaliar nunca é uma tarefa fácil ou que gostamos de realizar, talvez por termos uma memória relacionada à vivência escolar onde as avaliações tinham uma dimensão um tanto quanto assustadora, pois parecia-nos que tudo o que éramos seria julgado por critérios que nos eram distantes, não compreendíamos bem, além de estar totalmente nas mãos de outras pessoas. A lógica que marca a ideia de avaliação é a do erro e acerto, do sucesso ou do fracasso.

Assim essa pressão por um determinado desempenho - que tomava a forma de um julgamento e que tinha como consequências recompensas ou punições - terminou por nos fazer conceber e viver os momentos avaliativos apenas como sendo uma prestação de contas que fazemos e que definirá a qualidade do que realizamos.

Ocorre que no nosso cotidiano estamos avaliando o tempo todo. Toda e qualquer decisão que tomamos envolve um conjunto de reflexões, cálculos, comparações com o já feito e projeções sobre o que será realizado. Evidentemente que na maioria das vezes não nos damos conta de que estamos avaliando, pois se a cada simples decisão parássemos para refletir de modo sistemático muito provavelmente nosso ritmo de vida seria muito mais lento. Mas é só pensarmos um pouco e constataremos o quanto as nossas decisões dependem da análise de uma infinidade de fatores, desde o momento em que acordamos até o momento em que vamos dormir. Coisas simples, como a roupa que vestiremos, dependem da avaliação do clima, do lugar para onde vamos, do tempo que ficaremos fora de casa e até mesmo do nosso humor naquele momento e da perspectiva que temos sobre como será o dia.

Avaliar é, nessa perspectiva, nada mais nada menos que pensar sobre os trajetos, o já percorrido e o que ainda falta atravessar. Avaliar é colocar nosso desejo emparelhado com as ações que fazemos para realizá-lo. Ou seja, avaliar é um processo de entender, atuar e projetar o que virá. Em um tempo em que, como diz o poeta Fernando Pessoa, “pensar é um ato”.

Avaliar é pensar sobre os trajetos, o já percorrido e o que ainda falta atravessar. Avaliar é colocar nosso desejo emparelhado com as ações que fazemos para realizá-lo. Ou seja, avaliar é um processo de entender, atuar e projetar o que virá.

O QUE É UMA AVALIAÇÃO DE PROCESSOS?

Dissemos na introdução que toda avaliação é um processo, portanto, poderia parecer um pouco sem sentido falar de **avaliação de processos**. É, aparentemente não faria sentido, mas no cotidiano dos projetos e ações que visam alterar a realidade, lidamos com vários tipos de procedimentos avaliativos, sendo o mais comum, nos casos em que estamos trabalhando com a execução de ações e projetos e não com aprendizagens estrito senso, a **avaliação de resultados**.

Na **avaliação de resultados**, o foco está na análise daquilo que nos propusemos a fazer e do que conseguimos realizar. É uma espécie de comparação que, em geral, trabalha três dimensões interligadas: nossos objetivos, os meios que dispomos para realizá-los e o que efetivamente resultou da ação. Evidente que o contexto em que um dado conjunto de ações se realizou é um elemento fundamental na compreensão do havido, pois se ocorreram mudanças muito significativas na realidade em que se atua e essas eram mudanças não previstas, além de não estarem sob o controle de quem executa a ação, muito provavelmente os resultados alcançados podem não corresponder àqueles esperados, independente se são bons ou não.

Todos(as) nós que trabalhamos com ações que visam mudanças em uma dada situação conhecemos muito bem os vários requerimentos que são necessários para que se possa construir uma **avaliação de resultados**. Não vamos adentrar aqui nas especificidades das dinâmicas de planejamento, monitoramento e avaliação, mas sabemos que para que uma **avaliação de resultados** seja bem-sucedida ela implica na coleta e sistematização de dados e informações ao longo de um determinado período, de modo que, ao final, estas informações possam ser acessadas e analisadas comparativamente. Isso significa que nos procedimentos em que temos como foco os resultados é sempre um bom caminho combinar dimensões quantitativas e qualitativas.

Muitas vezes as **avaliações de resultados** são feitas a partir de um olhar externo, de alguém que não esteja diretamente envolvido(a) na construção da ação. Esse é um procedimento importante porque permite que fatores que deixamos de considerar no desenrolar da ação sejam capturados e reintroduzidos em nossas reflexões, tornando-as desse modo mais complexas. Como decorrência, uma boa **avaliação de resultado** requer, além dos dados e informações coletadas durante a execução da ação, a criação e aplicação de outros instrumentos para que se tenha o quadro completo do que o nosso trabalho realizou.

Ainda que nas **avaliações de resultados** tenhamos em perspectiva a dimensão das aprendizagens, ela não ocupa o centro das reflexões. É como se ao nos defrontarmos com a análise entre resultados esperados e resultados alcançados retroativamente nos apercebêssemos dos conteúdos que fomos construindo, dos conceitos que utilizamos ou deixamos de utilizar, das novas questões que nos provocaram ou aquelas que deixamos escapar.

Por fim, podemos dizer que os procedimentos e o sentido das **avaliações de resultados** supõem uma reflexão mais fechada, direcionada ao vivido em um tempo passado que aparece para nós como realizado em um tempo presente, sendo o ponto de chegada seu elemento mais importante. Ou seja, em certa medida é o fechamento de um ciclo, ainda que novos questionamentos possam produzir em nós um projeto de novas ações.

Já o que denominamos **avaliação de processos** têm como elemento central a reflexão sobre o fazer e, por ser assim, nos leva a trabalhar a dimensão metodológica em toda sua extensão. Com isto queremos dizer que nesses procedimentos avaliativos levamos em consideração tanto a concepção que temos sobre uma determinada realidade, quanto o próprio processo de incidir nesse mesmo contexto. Em outras palavras, toda **avaliação de processos** é um pensar sobre a práxis, aqui compreendida pela maneira como as nossas concepções, hipóteses e conceitos passam a fazer parte da nossa experiência, do nosso agir sobre uma dada realidade.

Por ser assim, a **avaliação de processos** é bastante adequada para as ações que são desenvolvidas de modo coletivo e que também tem na dimensão formativa um dos seus elementos centrais. Vamos nos deter nesses dois aspectos separadamente.

POR QUE A AVALIAÇÃO DE PROCESSOS FUNCIONA BEM PARA AS AÇÕES COLETIVAS?

Antes de respondermos a essa questão, é importante precisar o que entendemos por ações coletivas nesse contexto, já que ações coletivas têm várias acepções.

Quando falamos de ações coletivas queremos nos reportar a processos que envolvem um conjunto de sujeitos sociais que se articulam em torno de um mesmo projeto de intervenção na realidade, ainda que seus focos possam ser distintos em alguns aspectos.

Por exemplo, o projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil”, desenvolvido pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, reuniu durante 22 meses várias redes, organizações e grupos que atuam na promoção, defesa e garantia dos direitos humanos. Em que pese o fato de tais sujeitos sociais se dividirem em cinco temáticas específicas (direito à terra e território, direito à cidade, enfrentamento ao genocídio da juventude negra, enfrentamento à violência de gênero e proteção dos(as) defensores(as) de direitos humanos), todos se unificavam em torno da mesma ação: fortalecer suas capacidades de comunicar para a sociedade brasileira a importância das causas relativas aos direitos humanos e assim ampliar a adesão das pessoas a essas lutas.

Ocorre que essas redes, organizações e grupos têm trajetórias diversas, realizam ações em diferentes locais, se comunicam e atuam junto a grupos sociais que, por sua vez, também são distintos entre si em vários aspectos.

Sabemos que todo procedimento avaliativo requer um ponto de partida e um ponto de chegada e tais pontos não podem ser tomados como sendo apenas aquele em que uma dada ação se inicia ou o momento em que ela se encerra. É preciso considerar os acúmulos, a história vivida, a experiência, bem como o que se pretende desdobrar como perspectiva futura. Assim sendo, um projeto desenvolvido coletivamente mesmo tendo uma temporalidade determinada e objetivos definidos precisa, em seus procedimentos avaliativos, considerar as particularidades dos sujeitos envolvidos. Afinal, o que uma determinada ação consegue realizar é ao mesmo tempo o somatório do que foi feito junto e articulado ao que esses resultados afetaram cada uma das redes, organizações e grupos envolvidos.

Ou seja, nas ações coletivas temos não apenas a alteração em uma dada situação, mas também a modificação nos próprios sujeitos que a desenvolveram. Como veremos mais adiante, a avaliação de processos permite captar melhor essas dimensões ao mesmo tempo em que revela também os resultados da aprendizagem coletiva. E assim vamos para o segundo aspecto.

Nas ações coletivas temos não apenas a alteração em uma dada situação, mas também a modificação nos próprios sujeitos que a desenvolveram. A avaliação de processos permite captar melhor essas dimensões ao mesmo tempo em que revela também os resultados da aprendizagem coletiva.

POR QUE A AVALIAÇÃO DE PROCESSOS É MAIS ADEQUADA PARA AS AÇÕES QUE ENFATIZAM A DIMENSÃO FORMATIVA?

Sabemos que nem toda ação desenvolvida por vários sujeitos sociais enfatiza a dimensão da formação, ainda que em todas elas, não importa sua natureza ou duração, ocorram intensas aprendizagens. Aprendemos sempre, aprendemos mesmo quando sequer percebemos. Contudo, nos casos de ações formativas temos uma intencionalidade precisa, definida, não apenas sobre determinados conteúdos e técnicas, mas principalmente no que se refere à construção do conhecimento que um verdadeiro processo educativo produz.

Quando falamos em construção de conhecimento, queremos ressaltar que, mesmo que o conjunto de conteúdos e informações seja sistematizado de formas distintas, a cada momento que os sujeitos passam a ter acesso a este aprendizado, mudanças profundas ocorrem tanto nos conteúdos e informações, quanto nas próprias pessoas. Além disso, cada sujeito, individual ou coletivo, tem uma perspectiva diferente ao entrar em contato com os elementos da aprendizagem, que tanto os reflete a partir de sua trajetória, como também os projeta no horizonte de futuro.

Em sendo assim, não é possível considerar que as atividades formativas, ainda mais aquelas que se orientam para incidência direta em uma dada realidade, possam ter seus resultados encontrados em um determinado ciclo temporal. Toma-se novamente como exemplo o caso do projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil”. Ao longo do período de sua execução, foram realizadas várias atividades formativas sobre comunicação para direitos humanos envolvendo pessoas não só com experiências diversas na produção na área comunicacional, como também com condições diferentes de aplicação dos conteúdos trabalhados. Havia jovens que têm grande habilidade e acesso fácil às redes sociais, junto com indígenas, quilombolas e mulheres trabalhadoras rurais não tão familiarizados com estas novas plataformas. Não se pode imaginar, ou mesmo desejar, que todas essas pessoas ao final de uma formação façam usos idênticos do conteúdo sobre, por exemplo, a realização de campanhas usando a internet. Mas foi possível constatar que os conhecimentos apropriados pelos(as) participantes sofreram uma transformação a partir dos usos que eles poderiam ter quando aplicados em seus contextos. Se a comunicação nas redes sociais requer textos precisos e curtos, foi possível pensar que essa forma de expressão pode ser transposta também para ações de comunicação que se valem, em função do seu público, de instrumentos impressos.

Da mesma maneira, jovens que estão acostumados a lidar principalmente com ações comunicativas nas redes sociais puderam refletir sobre os usos dos textos impressos como ainda sendo de grande validade para as ações de mobilização e incidência social e política.

Com isto, estamos querendo apontar para o fato de que a dimensão formativa dificilmente consegue ser captada em todas as suas nuances e complexidades se não for através de uma reflexão processual onde a anterioridade e a posterioridade da ação são elementos fundantes na captura dos resultados. Em outras palavras, de onde se parte e aonde se quer chegar após uma atividade de formação são os pontos que podemos fixar na linha do tempo que será preenchida pelo processo. Sendo esse, portanto, o foco da avaliação.

QUAIS OS PASSOS METODOLÓGICOS DE UMA AVALIAÇÃO DE PROCESSOS?

Uma **avaliação de processos** que envolve práticas educativas com vistas à ação coletiva se estrutura a partir de duas dimensões: A) a reflexão de como o desenvolvimento das atividades de formação e as ações práticas de cada uma das redes, organizações e grupos participantes afetou suas dinâmicas internas e sua atuação externa. B) a análise dos vários aspectos da ação coletiva, em especial os conteúdos apresentados, a relação com o público a quem se destinava a ação e as interfaces e articulações entre os vários sujeitos que compõe o campo de incidência social e política.

Estas duas dimensões são fundamentais na medida em que nos permitem avaliar processos a partir da lógica da práxis, pois aquilo que foi apreendido a partir das atividades formativas, não apenas dão esteio às ações coletivas, como também alteram o modo como cada um(a) e todos os sujeitos envolvidos constroem seus conhecimentos e principalmente o seu pensar sobre o mundo.

A concepção metodológica que orienta a avaliação de processos requer que sigamos os mesmos princípios pelos quais desenvolvemos as atividades formativas, ou seja, que reconheçamos em um primeiro momento acúmulos e trajetórias de cada sujeito, para em seguida produzir a reflexão coletiva. Assim sendo, a avaliação propriamente dita se estabelece em duas etapas:

ETAPA I

Cada rede, organização ou grupo reflete sobre o seu próprio processo a partir de algumas **questões geradoras**. Vamos aqui utilizar a experiência do projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil” para dar mais concretude a algumas questões.

PASSO 1: definir a temporalidade em que o processo se deu. No exemplo com que estamos trabalhando, o momento inicial foi em junho de 2013, ocasião da primeira atividade formativa, e o momento final em novembro de 2015, quando foi realizada a oficina de avaliação. A dimensão cronológica tem a função tanto de definir quais são os elementos centrais do processo que se quer analisar, quanto criar um ponto de referência comum para todos os sujeitos participantes.

Passo 2: apontar as principais características que definiam sua experiência com relação ao problema que seria enfrentado antes do desenvolvimento das atividades formativas e da ação coletiva. O importante aqui é que cada rede, organização ou grupo compreenda que, em que pese o conjunto de questões que envolvem o seu ser e fazer, é preciso focar no problema específico que foi enfrentado, pois do contrário corre-se o risco de ampliar demais o escopo dos processos a serem avaliados. Por outro lado, é fundamental que cada sujeito defina quais os tipos de características que quer ressaltar, na medida em que essa escolha possibilitará que as especificidades das trajetórias sejam assimiladas como fatores que determinam a construção do processo e, conseqüentemente, os seus resultados. No exemplo com o qual estamos trabalhando, o problema enfrentado foram as ações comunicativas para a defesa e promoção dos direitos humanos.

Passo 3: evidenciar as principais mudanças ocorridas nas redes, organizações ou grupos a partir do início dos processos formativos. Considerar as primeiras atividades de formação como o marco que define as modificações é fundamental para garantir a dimensão processual da análise, pois cria as condições para a narrativa dos acúmulos e não apenas do resultado final.

Passo 4: resgatar os fatores internos e externos que impactaram na ação, tendo em vista que nenhum processo social pode ser inteiramente controlado pelo sujeito que desenvolve uma determinada atividade. Não esquecer que é preciso identificar tantos os elementos que potencializaram, como aqueles que dificultaram a ação, bem como quais foram as soluções encontradas para lidar com os problemas.

Passo 5: formar, a partir destas análises, o quadro completo do processo construído por cada uma das redes, organizações e grupos. A leitura conjunta das modificações havidas nas dinâmicas internas do sujeito, os fatores intervenientes, as soluções encontradas e o ponto em que chegaram na resolução do problema enfrentado nos dão conta da trajetória percorrida, da construção e consolidação dos conhecimentos e do que foi superado pela formação e pela ação comunicacional. Para finalizar essa etapa, é interessante pedir que as redes, organizações e grupos representem graficamente a sua linha do tempo. Não é necessário que marquem uma data específica na linha, pois já está acordado o período a ser representado. Recomendamos, inclusive, que a representação gráfica seja completamente livre, use o menor número possível de palavras, trabalhando preferencialmente com símbolos que expressem o caminhar. Assim, o que veremos será não apenas um percurso, mas uma espécie de autorretrato dinâmico, com elementos que refletem o modo como os sujeitos se viam e se veem no final do trajeto, associado a imagens que traduzem o sentido das suas ações no mundo.

Para o bom desenvolvimento dessa etapa é necessário, em um grupo com cerca de 30 participantes, uma média de quatro horas de atividades, preferencialmente distribuídas com um intervalo de uma hora, que pode ser utilizado para descanso ou para uma outra atividade que possibilite algum distanciamento das análises. Os passos de 1 a 3 devem ser realizados conjuntamente e, depois do intervalo, realiza-se os passos 4 e 5.

ETAPA II

São formados três grupos compostos por representantes das várias redes, organizações e grupos que irão refletir conjuntamente, trazendo os elementos trabalhados na etapa 1, sobre as seguintes dimensões da ação coletiva citados anteriormente, a saber: a) os conteúdos produzidos pela ação; b) a relação com público a quem se destinou a ação; c) as interfaces e articulações entre os vários sujeitos que compõe o campo de incidência social e política.

Cada um dos grupos analisa e sistematiza uma das dimensões. Como essa segunda etapa será apresentada e debatida coletivamente, é fundamental que cada grupo elabore instrumentos de visualização. Contudo, diferentemente da etapa anterior, quando a forma de expressão foi livre, recomendamos que os grupos sigam um padrão semelhante em suas apresentações, de modo a possibilitar a criação de referências em comum que, por sua vez, favorecem o debate.

Novamente é importante que nos utilizemos de **questões geradoras**, pois elas criam condições para que os eixos estruturadores da ação coletiva possam ter os seus processos analisados. Contudo, também se deve garantir o espaço para que elementos que os sujeitos consideram estratégicos e que não foram trabalhados pelas **questões geradoras** possam emergir.

Apresentaremos a seguir algumas indicações de **questões geradoras** para cada uma das dimensões analisadas. Ressaltamos que não é recomendável que se proponha um número muito alto de questões, pois elas têm a função de provocar o pensamento coletivo nos aspectos que foram trabalhados nas atividades formativas e na ação coletiva propriamente dita. O excesso de questões pode levar tanto à fragmentação da lógica de processo, quanto à dispersão dos focos de análise, correndo o risco de se perder exatamente o que se quer encontrar, ou seja, os campos de confluência entre os sujeitos envolvidos.

A concepção metodológica que orienta a avaliação de processos requer que reconheçamos, em um primeiro momento, acúmulos e trajetórias de cada sujeito, para em seguida produzir a reflexão coletiva.

Questões geradoras para a dimensão dos conteúdos

O eixo organizador aqui são as relações entre os conhecimentos produzidos e a sua expressão para o público externo. No caso do projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil”, foram fundamentais para os vários sujeitos envolvidos os conceitos e as estratégias de produção de contrainformação e disputas de sentido em torno das causas defendidas pelas redes, grupos e organizações. Ou seja, esse foi um conteúdo central na construção e implementação de suas ações comunicativas. Isso significa que temos que buscar, para a formulação das **questões geradoras**, os elementos que definem os conteúdos de uma determinada ação.

Exemplos: como foi o processo de definição dos conteúdos a serem trabalhados? Quais as principais dificuldades para a compreensão e o entendimento do conteúdo pelo público-alvo? Quais foram as formas de publicização desses conteúdos? Quais os desdobramentos e desafios futuros que a utilização desses conteúdos trazem para a ação coletiva?

Questões geradoras para a dimensão do público – alvo

Aqui o importante é analisar o perfil do público que se desejou atingir com a ação e aquele que foi efetivamente atingido. Além disso, a avaliação da experiência de interlocução com o público externo, bem como as modificações produzidas no processo a partir desse contato, ampliam a compreensão da ação desenvolvida para além dos seus resultados no tempo da realização da mesma.

Exemplos: qual o perfil das pessoas com as quais as redes, organizações e grupos queriam dialogar? Qual o perfil do público com quem efetivamente o diálogo foi feito? Quais os principais elementos do contato com essas pessoas e os resultados alcançados com a interlocução? Após o desenvolvimento da ação, como se manterá a relação com o público – alvo?

Questões geradoras para interfaces e articulações entre os vários sujeitos que compõem o campo de incidência social e política

Como a avaliação de processos que apresentamos aqui se refere às ações coletivas, baseadas em atividades formativas, consideramos fundamental a reflexão sobre os modos como esses aspectos criaram condições para os aprendizados mútuos, a criação coletiva e compartilhada de conhecimentos e, principalmente, o fortalecimento do campo da ação sócio política para além dos sujeitos diretamente envolvidos.

Exemplos: a ação atingiu organizações que estavam mais distantes do campo de incidência dos sujeitos diretamente envolvidos, incluindo os grupos menores e de atuação local? O que esse contato produziu em termos do fortalecimento da ação coletiva? Quais as aprendizagens efetuadas entre os vários sujeitos envolvidos na ação e como elas foram apropriadas durante o processo de construção? Quais são as principais dificuldades e potencialidades da ação coletiva em seus desdobramentos futuros?

Recomendamos que esta segunda etapa seja realizada em um período de quatro horas, dividido em duas horas para elaboração e duas horas para apresentação e debates.

O FIM

Pensar como ato é o sentido das **avaliações de processos**. E processos não têm exatamente um fim. Seus movimentos constantes são o desdobrar, criando a cada passo condições e possibilidades para novos começos, ao mesmo tempo em que asseguram o sentido que lhes deu origem. Avaliar processos é assim a narrativa de uma história, o olhar profundo sobre o já feito na concretude da ação presente para gerar horizontes de futuros.

SOBRE O FUNDO BRASIL

O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma iniciativa pioneira que contribui para a promoção dos direitos humanos no País, e que se propõe a criar mecanismos sustentáveis de doações de recursos voltados à promoção e à proteção dos direitos civis, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

O compromisso da fundação é apoiar defensores(as) de direitos humanos, por meio da realização de atividades de formação e da doação de recursos para indivíduos e organizações, criando condições para o avanço de um processo transformador capaz de minimizar as duras realidades sociais brasileiras.

Desde 2007, foram destinados R\$ 7,4 milhões para cerca de 300 iniciativas apoiadas com foco no combate à violência institucional e às mais diversas formas de discriminação. O apoio oferecido por meio de editais anuais busca acolher também a diversidade regional e beneficiar, preferencialmente, aqueles(as) com maior dificuldade de acesso às fontes tradicionais de financiamento.

O Fundo Brasil tem também por objetivo sensibilizar e envolver os mais diversos setores de nossa sociedade na construção de novos caminhos para a justiça social, desenvolvendo um processo contínuo de captação de recursos em âmbito nacional e internacional.



 **fundo brasil** de
direitos humanos

www.fundodireitoshumanos.org.br | facebook.com/fundobrasil | twitter.com/fundobrasil